Relatório

Procedimento prévio de Consulta Pública sobre os projetos de procedimentos de avaliação das ITED – 3ª edição, e das ITUR – 2ª edição, nos termos do artigo 105º, do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de Maio, e do artigo 8º, da Lei das Comunicações Eletrónicas.

Índice

1. Introdução e Enquadramento	3
2. Apreciação dos contributos ITED	4
3. Apreciação dos contributos ITUR	7
4. Conclusão	8
5. Anexos	8

1. Introdução e Enquadramento

Por Deliberação do Conselho de Administração do ICP-ANACOM, de 8 de janeiro, de 2015, foram aprovados dois projetos de procedimentos de avaliação de conformidade designados por:

- Procedimento de avaliação das ITED – 3ª edição;
- Procedimentos de avaliação das ITUR – 2ª edição.

Tendo em conta a competência para aprovação de procedimentos de avaliação das ITED e das ITUR, nos termos do artigo 105º, do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de Maio, bem como a necessidade de procedimento prévio de consulta pública, nos termos do artigo 8º, da Lei das Comunicações Eletrónicas, os respetivos projetos estiveram em consulta, no sítio da ANACOM, por um período de vinte dias úteis, conforme Deliberação referida.

A consulta decorreu de 15/01/2015 a 12/02/2015, tendo o ICP-ANACOM recebido respostas e contributos das seguintes entidades e particulares, os quais muito agradece, pelo interesse, elevada qualidade técnica e oportunidade demonstrados:

- Certecno, Lda.;
- DCD – Electricidade & Telecomunicações, Lda.;
- MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.
- Telecvis – Telecomunicações, Lda.;
- Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A.

Nos termos da alínea d), do nº 3, dos “Procedimentos de Consulta do ICP-ANACOM”, aprovados por Deliberação de 12/02/2004, o ICP-ANACOM disponibiliza no seu sítio, na Internet, as respostas recebidas, salvaguardando qualquer informação de natureza confidencial.

De acordo com a alínea d), do nº 3, dos referidos procedimentos de consulta, o presente documento contém referência a todas as respostas recebidas e uma apreciação global que reflete o entendimento desta Autoridade sobre as mesmas. O presente relatório, para melhor compreensão, foi dividido em duas partes: ITED e ITUR.

Ressalva-se, porém, que neste relatório apenas foram apreciados os comentários relativos ao objeto de consulta pública, ou seja, aos procedimentos de avaliação de conformidade das ITED e ITUR.

Por uma questão de facilidade de análise, optou-se por efetuar a apresentação dos contributos e da posição do ICP-ANACOM, relativamente aos mesmos, em tabela, bem como os fundamentos para o seu acolhimento ou afastamento.

2. Apreciação dos contributos ITED

Contributos das entidades	Resultado da análise do ICP-ANACOM	
Certecno, Lda.		
Não deverão ser exigidas as especificações técnicas dos materiais e dispositivas no REF.	Não acolhido	O cumprimento das especificações técnicas, conforme indicado no contributo, é do fabricante. No entanto, a utilização de equipamentos que cumpram as normas do ITED é da responsabilidade do instalador, pelo que tal só poderá ser comprovado através da verificação das especificações (características) técnicas. Assim, considera-se que as especificações técnicas deverão estar anexadas ao REF (tal não impedindo que a anexação seja em formato digital).
DCD – Electricidade & Telecomunicações, Lda		
Anexação do projeto ao termo de responsabilidade pelo projeto.	Não acolhido	A legislação aplicável não prevê tal obrigatoriedade. Os projetistas têm sempre a obrigação de envio de todos os elementos solicitados, em sede de fiscalização, nos quais se inclui o projeto.
Numeração dos termos de responsabilidade pelo projeto	Não aplicável	A eventual numeração dos termos de responsabilidade pelo projeto não está abrangida pelos procedimentos de verificação da conformidade das ITED, de cumprimento obrigatório pelos instaladores, objeto desta consulta pública.
Anexação do REF ao termo de responsabilidade pela execução.	Não acolhido	No termo de responsabilidade pela execução já é obrigatória a identificação do REF, o que se tem demonstrado suficiente para a respetiva análise.
O termo de responsabilidade pela execução deverá contemplar um campo para indicar o número do termo de projeto.	Não aplicável	O novo modelo do termo de responsabilidade pela execução já foi aprovado por deliberação do Conselho de Administração, do ICP-ANACOM, de 15 de janeiro de 2015. Acresce que, conforme atrás indicado, o termo de responsabilidade pelo projeto não é numerado. De qualquer forma, e por uma questão de identificação do respetivo projeto, o termo de responsabilidade pela execução deve indicar o nome do projetista, o seu número de inscrição nas respetivas Ordens ou ICP-ANACOM e a data do projeto.
Elemento identificador dos termos de responsabilidade.	Acolhido parcialmente	A emissão e submissão dos termos de responsabilidade é feita através de uma área reservada só acessível aos técnicos.

		A numeração dos termos de responsabilidade pela execução é sequencial, não por técnico mas por entrada no ICP-ANACOM, o que já garante a autenticidade de um determinado termo.
O operador deve indicar o instalador responsável pela execução e o número do termo quando estabelece o serviço.	Não aplicável	Esta obrigação do operador não está enquadrada nos procedimentos de conformidade das ITED. De qualquer forma, nos termos do n.º 4, do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, nenhum operador pode efetuar a ligação à rede pública sem a prévia existência do termo de responsabilidade.
MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.		
Os resultados dos ensaios só deverão poder ser apresentados eletronicamente.	Acolhido parcialmente	Os procedimentos de avaliação de conformidade já preveem esta possibilidade; o risco indicado de adulteração de resultados pode existir em qualquer formato.
Para além do projeto devem constar do REF, adicionalmente, as telas finais, uma vez que o trabalho de instalação pode não ter sido executado conforme projetado.	Não acolhido	Nos termos da legislação aplicável, uma infraestrutura tem de ser efetuada de acordo com o projeto inicial. Face à eventual necessidade de modificações na instalação, a mesma deverá ser acompanhada de uma alteração de projeto elaborada pelo projetista. Será com base nesta alteração que o instalador irá executar e emitir o termo de responsabilidade. Se uma infraestrutura não estiver em concordância com o projeto não cumprirá os requisitos legais.
Anexar o REF ao termo de responsabilidade.	Não acolhido	No termo de responsabilidade pela execução já é obrigatória a identificação do REF, o que se tem demonstrado suficiente para a respetiva análise.
O elemento de fronteira da CVM deverá ser visível para os operadores através de planta anexa ao REF.	Já previsto parcialmente	A CVM já está, por imposição do manual ITED, nos pontos 3.2.1.4 e 4.1.3.2.6, devidamente identificada no local da instalação. Acresce que, em termos legais, a obrigação do instalador é a entrega do termo de responsabilidade e não do REF ao operador.
Número único sequencial para os termos de responsabilidade pelo projeto e pela execução.	Acolhido parcialmente	A eventual numeração dos termos de responsabilidade pelo projeto não está abrangida pelos procedimentos de verificação da conformidade das ITED, de cumprimento obrigatório pelos instaladores. A emissão e submissão dos termos de responsabilidade é feita através de uma área reservada só acessível aos técnicos. A numeração dos termos de responsabilidade pela execução é sequencial, não por técnico mas por entrada no ICP-ANACOM.

Pesquisa do termo de responsabilidade por morada	Já existente	A base de dados disponível no sítio da ANACOM já permite a pesquisa por morada.
Possibilidade de colocação da cópia do termo no interior do ATI	Acolhido	Foi efetuada alteração aos procedimentos em conformidade.
Fazer remissão para o artigo 76.º, n.º 1, d), do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, no que diz respeito do envio de termos à ANACOM.	Não acolhido	Os procedimentos de avaliação de conformidade não afastam, nem poderiam afastar, as previsões legais, pelo que a remissão é redundante.
A informação mais relevante está remetida para o campo de observações do REF, podendo não ser muito visível.	Não acolhido	A informação essencial está em tabela. Os campos de observação estão devidamente assinalados possuindo inclusive um quadro próprio para o seu desenvolvimento pelo que a sua visibilidade não está posta em causa. Salienta-se que o REF deve ser eficiente e simples, adaptando-se a todos os tipos de edifícios.
Não se percebe o que é pretendido com a coluna “resultado” no item verificações de conformidade na ficha de registo.	Acolhido	Foi retirada a coluna “resultado”, por considerar-se redundante.
Formato standard para a inserção para a data na ficha de registo.	Acolhido	Indicado o formato standard pretendido.
Na página 10, não é claro o que se pretende com “ensaios das ITED”	Acolhido	Pretende-se a indicação de quais os ensaios efetivamente realizados. Para melhor esclarecimento passou a indicar-se “ensaios realizados nas ITED”.
Menção a ANET e não a OET.	Acolhido	Foi devidamente corrigido.
Repetição do campo “proximidade com redes elétricas”	Acolhido	Foi devidamente corrigido.
Televis – Telecomunicações, Lda.		
Alteração da sistemática de alguns pontos	Não acolhido	Considera-se não ser essencial acrescentar um ponto 6 para desdobrar o que consta do ponto 5.
Existência de referência de processo que permita acompanhar todo o processo desde o projeto até à execução	Não aplicável	Apesar de se considerar a proposta muito interessante, vai muito para além dos procedimentos de avaliação de conformidade das ITED, de cumprimento obrigatório pelos instaladores.
Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A.		
Necessidade de padronizar os termos de acesso às ITED, nomeadamente as fechaduras, para simplificar o preenchimento da ficha de registo de verificação de conformidade.	Não aplicável	A questão das fechaduras ITED existentes nos edifícios é matéria do manual ITED - 3ª edição e não dos procedimentos de avaliação de conformidade.
Clarificação sobre os elementos a verificar em função da tecnologia que se pretende instalar.	Não acolhido	Esta questão já foi objeto de norma técnica (ponto 4.4 do manual ITED – 3ª edição)

Formalidades para envio do REF.	Já previsto legalmente	O envio do REF, tal como de qualquer outro elemento, deve ser feito preferencialmente de forma eletrónica, tal como previsto no artigo 107.º- A, do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, com a redação dada pela Lei n.º 47/2013, de 10 de julho.
O material utilizado nas redes do operador é da sua responsabilidade e não do condomínio.	Não aplicável	Estes procedimentos são aplicáveis à instalação das ITED. No caso de uma alteração do edifício, como por exemplo numa adaptação de edifício para instalação de fibra ótica, os procedimentos aplicáveis são os das ITED, uma vez que os requisitos legais e técnicos são os mesmos.
As especificações técnicas e os equipamentos utilizados nos ensaios implicam muita informação, pelo que não deverão ser exigidos no REF.	Não acolhido	A obrigação de utilização de equipamentos que cumpram as normas do ITED é do instalador, pelo que tal só poderá ser comprovado através da verificação das especificações (características) técnicas. Assim, considera-se que as especificações técnicas deverão estar anexadas ao REF (tal não impedindo que a anexação seja em formato digital).
Não está definido o formato em que devem ser fornecidos os resultados dos testes.	Não acolhido	Tal como indicado, cada fabricante de equipamentos adota um formato próprio, não devendo a ANACOM impor regras que impeçam a escolha dos equipamentos de teste e medida.
A ficha de registo de verificação de conformidade ITED impõe informação, como a identificação do dono de obra ou da administração do condomínio, que nem sempre é possível obter.	Não acolhido	Não se considera adequada a instalação de uma ITED sem se saber quem é o dono de obra ou a administração do edifício. Aliás, a sua não obtenção implicaria a violação dos artigos 76.º, n.º, d), e 83.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio.

3. Apreciação dos contributos ITUR

Contributos das entidades		Resultado da análise do ICP-ANACOM
MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.		
No ponto 1 (Inspeção visual dos elementos da ITUR), no que respeita ao ATU, não se deveria referir apenas ITUR Privada.	Não acolhido	O ATU é exclusivo das ITUR privadas. Nas ITUR públicas, os espaços designados pela MEO como “nichos para alojamento dos pontos de distribuição” fazem parte dos elementos constantes da tubagem da rede principal e de distribuição que consta do ponto 1.a, dos procedimentos de avaliação de conformidade das ITUR.

O campo de observações tem muita informação, propondo-se a criação de uma tabela por tipo de infraestrutura.	Já está previsto parcialmente	A informação essencial está em tabela. Os campos de observação estão devidamente assinalados, possuindo inclusive um quadro próprio para o seu desenvolvimento, pelo que a sua visibilidade não está posta em causa. Saliencia-se que o REF deve ser eficiente e simples, adaptando-se a todos os tipos de ITUR.
A localização dos elementos fronteira – CV em ITUR pública e ATU em ITUR privada – deverá constar do REF.	Não aplicável	A localização indicada faz parte do projeto e não da verificação da conformidade da instalação.
Colocação, na ficha de registo de verificação de conformidade, das tampas/aros das CVP, bem como dos acessórios.	Acolhido	Foi efetuada alteração aos procedimentos em conformidade.
Retirar da tabela “Rede de tubagens” o dimensionamento, tipo de câmaras bem como a acessibilidade, uma vez que já constam da tabela “Câmara de visita”.	Acolhido	Foi efetuada alteração aos procedimentos em conformidade.
Retirar da “Rede de tubagens” o campo “acabamento dos tubos nas câmaras”, ficando apenas na área referente às câmaras de visita.	Acolhido	Foi efetuada alteração aos procedimentos em conformidade.

4. Conclusão

O ICP-ANACOM teve em máxima consideração todas as respostas e contributos recebidos no âmbito da presente Consulta Pública.

Acolheu quando possível, as considerações, bem como as abordagens apresentadas, para a melhoria dos procedimentos de avaliação de conformidade ITED e ITUR.

Ressalva-se, porém, que algumas das contribuições, ainda que pertinentes, não abordam a matéria objeto destes procedimentos de avaliação de conformidade, pelo que não foram consideradas para os efeitos específicos desta consulta.

Saliencia-se, finalmente, o vasto conhecimento técnico dos agentes envolvidos no Mercado das Infraestruturas de Telecomunicações em Edifícios e em Loteamentos, Urbanizações e Conjuntos de Edifícios, demonstrado na qualidade dos contributos recebidos no procedimento prévio de Consulta Pública, objeto de reflexão neste relatório, e base para a realização das versões finais do procedimentos de avaliação de conformidade das ITED e ITUR, a aprovar pelo ICP-ANACOM.

5. Anexos

1. Anexo I – Contributos ITED/ITUR.